Estrutura e condição: argumentos em favor dos métodos estruturalistas em pesquisas no campo das ciências de gestão*

Hermano Roberto Thiry-Cherques**

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. A origem remota do conceito de estrutura; 3. As origens imediatas do conceito de estrutura; 4. As outras estruturas; 5. O condicionado contra o causado; 6. Os argumentos contra o estruturalismo; 7. Os argumentos da defesa; 8. Ciências de gestão.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. The remote origins of the concept of structure; 3. The immediate origins of the concept of structure; 4. The other structures; 5. What is conditioned vs. what is caused; 6. The arguments against structuralism; 7. The arguments of the defense. 8. Management sciences.

PALAVRAS-CHAVE: estruturalismo; gestão; administração; organizações; pesquisa.

KEY WORDS: structuralism; management; administration; organization; research.

A partir de dois conceitos-chave, o de estrutura e o de condição, este artigo apresenta argumentos a favor da aplicação dos métodos estruturalistas às pesquisas nos campos organizacional e administrativo.

Structure and condition: arguments for structuralist methods in management science research

Based on two key concepts — structure and condition — this article presents arguments in favor of the application of structuralist methods to researches in the organizational and administrative fields.

* Artigo recebido em dez. 2003 e aceito em mar. 2004.

** Professor titular da Ebape/FGV. E-mail: hermano@fgv.br.

1. Introdução

Durante a maior parte do século XX os estudos sobre a gestão viveram à sombra de disciplinas como a sociologia, a economia, o direito e a psicologia. O descaso com as especificidades do organizacional e do administrativo tem muitas causas e algumas explicações. Quase todas risíveis. As mais usadas são as da juventude dos conhecimentos gerenciais — como se os egípcios, gregos e romanos e todos os que se lhes seguiram tivessem administrado por capricho e alvitre — e a da submissão a esferas de conhecimento consideradas mais abrangentes — econômica, social, política etc. — como se a recíproca fosse nula, ou seja, o organizacional não abrangesse também o econômico, o social e o político.

Esta é uma polêmica improdutiva. O certo é que, no momento em que a comunidade acadêmica se queda perplexa ante as dificuldades para explicar as metamorfoses e as estagnações que acometem o mundo à nossa volta, torna-se imperativo o desenvolvimento de pesquisas que possam dar conta tanto da interação entre as várias esferas de conhecimento como da especificidade de cada uma delas. E nesse contexto o estruturalismo abre possibilidades ainda não plenamente exploradas.

O progresso das investigações no campo das ciências de gestão se desdobra em duas frentes: a da crítica dos métodos que utilizamos e a do desenvolvimento de uma epistemologia particular às várias áreas de estudo. São movimentos que se iluminam mutuamente. Não é o caso de postular a excelência do estruturalismo frente a outras perspectivas, mas de chamar a atenção para sua potencialidade.

Emprego o termo *ciências de gestão* para significar os estudos relativos às formas (a estática) do organizar e aos modos (a dinâmica) de administrar as organizações. Creio ser importante insistir sobre o caráter científico dos estudos organizacionais administrativos pelos mesmos motivos que levaram Claude Lévi-Strauss, o criador do estruturalismo, a entender a antropologia como uma ciência: para que as ciências de gestão se tornem independentes dos outros campos de estudo, das ideologias e do debate imediatista.

Os episódios de 1968 assinalaram a integração do estruturalismo ao *establishment* acadêmico na Europa. Daí em diante o seu encanto juvenil esvaeceu, o seu brilho midiático se apagou. Isso não significa que a sua eficácia epistemológica tenha desaparecido. Os temas estruturalistas não perderam sua força, apenas, de tão conhecidos, não têm mais a sedução da originalidade.

O método estruturalista tem múltiplas raízes. Nasce em meados do século XX, no âmbito da etnologia. É fruto de um consórcio das idéias da antropologia funcionalista de Durkheim, da lingüística estrutural de Saussure e da capacidade explanatória dos modelos lógico-simbólicos. Chega às ciências de gestão pela sociologia

e a ciência política. Talvez por isso a sua potencialidade explicativa no campo do organizar e do administrar não tenha sido satisfatoriamente aproveitada. Mas o mais provável é que tenha sido vitimado pela intolerância positivista, imperante no centro catalisador dos saberes organizacionais e gerenciais, os EUA, nas décadas em que o estruturalismo entrou na crista da moda no resto do mundo (Maryanski e Turner, 1991:106).

Neste artigo procuro contribuir para o esforço de pensar os fenômenos organizacionais e administrativos, mediante a recuperação da abordagem estruturalista. Discuto dois temas do estruturalismo essenciais a esta retomada: o da especificidade do conceito de estrutura e o da condicionalidade, ou melhor, o da não-causalidade no estudo do organizar e do administrar. Irei ater-me a eles e ao primeiro estruturalismo, como concebido por Lévi-Strauss.

2. A origem remota do conceito de estrutura

Desde a Antiguidade, *struere*, construir, significa a forma que o espírito criador imprime à matéria bruta. O ajuste harmônico da matéria pelo ser humano. Nas ciências naturais a estrutura é o modelo abstrato da repartição das partes observáveis de um objeto. Nas ciências humanas e sociais é um conjunto de elementos entre os quais existem relações, de modo que toda modificação de um elemento ou de uma relação supõe a modificação dos outros elementos e relações (Viet, 1973). São distinções sutis, mas extremamente relevantes na aplicação do método estruturalista.

O essencial no conceito de estrutura é a remissão das partes ao conjunto e do conjunto às partes. Os elementos que constituem a estrutura podem ser entendidos como membros funcionais ou como simples componentes. No primeiro caso, a estrutura é uma fração do todo analisado, como na abordagem estrutural-funcionalista (a antropologia de Radcliffe-Brown, a sociologia política de Parsons) e na abordagem sistêmica (von Bertalanffy). Na perspectiva do estruturalismo, a estrutura é entendida como um todo, como um conjunto de elementos que comporta leis (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou enriquece pelo próprio jogo das suas transformações internas (Piaget, 2003:8). Uma estrutura é uma totalidade formada por elementos solidários, tal que cada um depende dos outros e que não pode ser o que é senão em relação aos demais.

O conceito de estrutura tem quatro origens. A filosófica se dirige à essência ou às estruturas essenciais do ser. A biológica se prende à sustentação da vida. AP matemática está referida às formas, que se definem por sua sintaxe, isto é, às leis de concordância, de subordinação e de ordem a que estão sujeitos os elementos (Paran-

Vial, 1972:27). A das ciências sociais, aos modelos, aos esquemas explicativos do real.

O estruturalismo rejeita as acepções filosófica e biológica. Procura se ater à acepção matemática e reconceitualiza a das ciências sociais.

O estruturalismo não pensa a estrutura como essência abstrata do objeto. Tampouco aceita o paralelismo em relação às estruturas vivas. Sustenta que o organicismo, o vitalismo etc. pertencem a uma outra esfera de pensamento. Um organismo privado de um órgão não se parece com um conjunto inerte privado de um dos seus elementos. O organismo desenvolve-se, transforma-se ao operar, declina e morre. As estruturas orgânicas não são coisas, nem pertencem ao campo da consciência. Formam um "conjunto significativo" que não pertence nem ao mundo exterior nem à vida interior. É uma significação imanente à percepção (Merleau-Ponty, 1942:242).

No estruturalismo as estruturas são simbolizáveis. Passíveis de serem operadas logicamente (isto *e* aquilo, isto *ou* aquilo etc.) ou matematicamente (operações algébricas, geométricas, topológicas etc.). Como na matemática, as estruturas são um conjunto de elementos para os quais se define uma ou várias leis de composição e operação. Os elementos de uma estrutura estão unidos por uma relação ou por um sistema de relações. Dependem uns dos outros. Também as relações são interdependentes. Na matemática, o propósito dos estudos estruturalistas é o de encontrar isomorfismos que permitam integrar os diversos capítulos heterogêneos (álgebra, cálculo das probabilidades, análise, geometria etc.) que a compõem (Piaget, 2003:7).

A mesma ambição, de busca de isomorfismos e de integração, anima o estruturalismo voltado para o campo sociocultural. Mas, à diferença do que é mais freqüente nas ciências sociais, que copiaram da física o entendimento de um modelo que se tenta identificar com o mundo real, o objeto da análise estruturalista não concerne diretamente à realidade sensível, mas a uma linguagem (Viet, 1973:13). Não trata de definir a estrutura, mas de encontrar o seu sentido. O sentido é o que faz com que o significante signifique algo. A estrutura é o significante, o sentido é o significado (o sentido é sempre um sentido de posição).

O estruturalismo entende que "uma estrutura é um conjunto de significação indefinida, agrupando elementos em qualquer número, cujo conteúdo não se especifica, e relações em número finito, cuja natureza não se especifica, mas cuja função e certos resultados se definem quanto aos elementos" (Michel Serre, segundo Dosse, 1993:114).

Os elementos são conceitos. Os elementos-conceitos têm um lugar na estrutura cuja substituição (um fonema por outro, por exemplo) destrói o equilíbrio anterior. De forma que toda estrutura está em equilíbrio precário. À medida que toda estrutura é descrita mediante os conceitos que encerra (dos elementos, das relações e

da própria estrutura) e os conceitos são designados por termos, é possível entender por que alguns estruturalistas sustentaram que todas as estruturas inteligíveis recaem sobre regras relacionais da formação e da comunicação dos termos, isto é, derivam ou são derivadas de estruturas lingüísticas. Hoje, no entanto, tornou-se quase universalmente aceito, graças à evolução do estruturalismo (com Piaget, Chomsky e Foucault) que a linguagem não é a fonte da lógica, mas o contrário, embora não se possa negar a íntima relação entre as duas.

3. As origens imediatas do conceito de estrutura

Para Lévi-Strauss, a estrutura é uma construção lógico-matemática. É um modelo descritivo de um conjunto de elementos concebido a partir das suas relações fundamentais. O que o diferencia dos outros conceitos de estrutura é o entendimento de que o inconsciente impõe formas universais a um conteúdo e que elas são inteligíveis. De modo que, para compreendermos, temos de atingir as estruturas inconscientes, subjacentes a cada instituição, a cada costume (Lévi-Strauss, 1958:28).

São duas as origens imediatas desse conceito: a da lingüística de Saussure[1] e a da sociologia de Durkheim.[2]

A lingüística

As origens do estruturalismo podem ser traçadas até Ferdinand de Saussure, cujo *Cours de linguistique general* foi publicado, postumamente, em 1916. O movimento formalista russo (1916-30) e o círculo lingüístico de Praga adotaram, sistematizaram e desenvolveram as idéias de Saussure. Como membro de ambos os grupos, Roman Jakobson transmitiu a Lévi-Strauss a síntese do estruturalismo lingüístico, base do estruturalismo antropológico que dominou a cena das ciências humanas e sociais na Europa no século XX, fundamental para a compreensão do pensamento neste início do século XXI.

Para Saussure o significado da linguagem está relacionado diretamente à estrutura do seu todo. As suas unidades, morfemas ou fonemas, são elementos de uma

[1] Ferdinand de Saussure (1857-1913), lingüista suíço, é o fundador do estruturalismo lingüístico, centrado no entendimento de que a relação entre o signo e o referente é arbitrária.

[2] Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, é o fundador da sociologia centrada no estudo dos valores sociais e da alienação.

estrutura que os transcende. A linguagem é o produto da mente coletiva dos grupos lingüísticos. Para alcançar a sua estrutura (a *langue*) partimos do discurso, da superfície, daquilo que é dito (*parole*).

A *langue* se refere a um código particular ou a um sistema de conhecimento antecipado. A *parole,* ao ato do discurso ou performance, em que a *langue* está presente junto com outros sistemas (classe social, educação, posição hierárquica etc.). A relação entre a estrutura isolada (*langue*) e a situação concreta (*parole*) não é simétrica. As regras da estrutura isolada são axiomas que geram um sistema; as regras da situação concreta são ferramentas pelas quais os produtos de diversos sistemas são combinados e adaptados.

De alguma forma, no passado remoto, a *parole* se sedimentou como *langue*, um fenômeno coletivo que só existe no entendimento compartilhado. Um entendimento que faculta a comunicação. Uma estrutura passiva, formada de regularidades e regras, sobre as quais se desdobram as intenções individuais e os processos ativos que constituem as mensagens da *parole*. As mensagens são intercâmbios de signos.

O signo é uma unidade que compreende a união do significante (uma imagem, um som) com o significado (um conceito) representando alguma realidade. Para que a linguagem seja inteligível, o significante e o significado têm de existir em um conjunto de mentes. Saussure estava preocupado em saber como a linguagem adquire significado. Terminou por concluir que a conexão entre o significante e o significado é arbitrária. Não há como alguém que não conheça o português adivinhar que a palavra /árvore/ se aplica à castanheira que vemos da janela. Para Saussure, a única motivação para o signo lingüístico é social. Ele assimila a idéia de Durkheim de que a linguagem é o fenômeno cultural *par excellence*. A linguagem é uma representação coletiva: nós a apreendemos da comunidade e não somos livres para alterá-la (Kronenfeld e Decker, 1979:507).

Isso remete para uma distinção entre o signo e o símbolo. No signo, o elo entre o significante e o significado é arbitrário. No símbolo, o elo entre o significante e o significado é "natural", ou inerente à natureza humana. Ambos são convencionais, mas no signo a convenção é inteiramente arbitrária, enquanto no símbolo a escolha da convenção tem uma certa "lógica". Não há razão intrínseca para que os antigos egípcios representassem a maior hierarquia social por figuras grandes. Mas grande = importante, e pequeno = desimportante são convenções que nos parecem naturais. O símbolo tem relações motivacionais entre o significante e significado. O signo é inteiramente arbitrário. Uma criação humana resultante da *langue*, da estrutura, e das circunstâncias culturais que engendram o discurso manifesto, a *parole.*

O estruturalismo de Saussure se atém ao signo. Se a realidade externa é incognoscível não faz sentido falar de elo natural entre a realidade e o seu signo. Os sistemas ideológicos são explicáveis não em termos do seu conteúdo, mas da linguagem, mentalmente construída, que utilizam. O estruturalismo é formalístico e analí-

tico, enquanto outras formas de pensamento, como a psicanálise, estudam conteúdos e buscam sínteses.

A natureza inconsciente do fenômeno lingüístico o protege da manipulação individual e faz dele um fenômeno que possa ser isolado para estudo, sem considerações sobre motivações individuais, intenções e gênese. Uma teorização que abre possibilidades de investigação das relações: entre o objeto e o significante (imagem mental); entre o significante e o significado (conceito); entre o objeto e o significado; entre um signo e outro; entre o signo e um conjunto de signos; entre representações de signos em grupos de indivíduos.

Lévi-Strauss constrói um paralelismo entre o conceito da estrutura subjacente na linguagem e as estruturas da esfera sociocultural. Define elementos institucionais equivalentes aos fonemas. Explora as relações de oposição, permutação e transformação desses elementos. Identifica estruturas, como a do mito e a do parentesco, mediante a abstração dos modelos particulares observados.

Além das noções que toma de Saussure, Lévi-Strauss deve a Roman Jakobson,[3] de quem aprendeu o estruturalismo lingüístico, a insistência sobre as oposições binárias, o foco na estrutura do significante (contra o foco no signo, de Saussure), a atenção que empresta ao simbólico (contra a atenção maior sobre o signo em Saussure), e a ênfase nos contrastes.

Sociologia

A outra fonte imediata do estruturalismo se encontra na sociologia de Durkheim que, como Marcel Mauss[4] depois dele, foi essencialmente funcionalista. Teorizaram amparados na analogia entre a esfera social e os organismos (Durkheim, 1973:433 e ss.). Seguiram a tradição que nasce com os gregos, passa pelo cristianismo medieval, por Hobbes e por Rousseau e vem a transbordar, com o positivismo, na redução do humano ao natural. Acreditaram, como Spencer (1879), na análise das estruturas sociais segundo suas funções operacionais, regulatórias e distributivas.

O funcionalismo de Durkheim se distingue por sua ênfase na integração social. Uma integração que se resolveria: no plano cultural, pela consciência e pela representação coletivas; no plano interpessoal, pelos ritos e pelo imperativo da

[3] Roman Jakobson (1896-1982), lingüista russo, desenvolveu a lingüística estruturalista centrada na noção de oposições binárias entre elementos.

[4] Marcel Mauss (1872-1950), sociólogo francês, sobrinho de Durkheim, desenvolveu estudos antropológicos a partir da idéia de "fato social total".

solidariedade; no plano cognitivo pelos modos de classificação e de simbolização; e no plano estrutural, pela interdependência que temos uns em relação aos outros.

As estruturas de Durkheim se conceituam segundo o número, a natureza e os modos de combinação entre partes ou elementos. A sua análise do social deriva do número de pessoas, dos padrões de diferenciação, da posição relativa dos modos de inter-relacionamento, de forma que os elementos-chave do estruturalismo já se encontram em Durkheim. Derivam dele as idéias de que as estruturas mentais são a origem da ordenação lógico-classificatória com que interpretamos os fenômenos e com que fundamos nossas ações na sociedade. Figura, principalmente, a idéia de que estas estruturas mentais são criadas pelas oposições e afinidades encontráveis na estrutura material e cultural da sociedade (Durkheim, 1973:395).

A revolução a que Lévi-Strauss procede a partir da conceituação de estrutura de Durkheim consiste em afirmar, com Saussure, que a origem das estruturas é mental, que as estruturas são produto da consciência coletiva de sentido kantiano, isto é, a condição do conhecimento, compartilhada por todos os seres dotados de razão (Caygill, 2000:69), que as estruturas são o reflexo inato da capacidade da mente humana.

Durkheim e Mauss acreditaram que é a estrutura material da sociedade que serve de modelo para a construção de sistemas de classificação mental, que a hierarquia lógica é apenas um dos aspectos da hierarquia social (Maryanski e Turner, 1991:108), que as estruturas mentais são compostas pelas conexões lógicas que refletem como os fatos materiais e culturais são justapostos, combinados, distinguidos e contrapostos. Lévi-Strauss propôs justamente o contrário. Ele sustentou que a estrutura reside no inconsciente e que o inconsciente, a estrutura da nossa razão, se reflete na sociedade.

Por isso, no estruturalismo a compreensão social é o contrário da funcionalista: a realidade não está nos fatos, mas naquilo que os fatos escondem. O caminho da compreensão é invertido: temos de ver para além do existente observado se queremos enxergar o real objetivo.

4. As outras estruturas

Dois fatos dificultam enormemente a compreensão da abordagem estruturalista. O primeiro é que o termo *estrutura* foi, e é, utilizado sob várias acepções, por diversas correntes de pensamento. O segundo é que essas correntes se desenvolveram e se desenvolvem paralelamente, contaminando umas às outras com o intercâmbio de noções, conceitos e problemas. Temos adeptos e entusiastas de cada uma delas e das suas variantes, pesquisando, publicando e discutindo as estruturas.

Embora muitos historiadores procurem uma seqüência entre o evolucionismo, a fenomenologia, o empirismo lógico e o estruturalismo, o fato é que são esferas distintas. Em linhas gerais, o estruturalismo se distingue de outras correntes de pensamento por tratar os objetos como "posições em sistemas estruturados" e não "objetos existentes independentemente de uma estrutura". Mas essa não é uma postura exclusiva do estruturalismo. De forma que, para chegarmos a compreender a sua particularidade, é imprescindível uma comparação com estas outras formas de pensar.

Positivismo. O estruturalismo se diferencia radicalmente do positivismo na medida em que o seu foco está nas causas eficientes, e não nas causas finais. O próprio Comte não deixa dúvidas sobre isso, ao postular como tarefa do conhecimento humano descobrir "leis", como as leis da física, descrições de fatos, que tornem os fenômenos previsíveis (1877, 1ª lição). O estruturalismo se opõe mesmo à versão inglesa do positivismo, a de Spencer (1879), que não tem a pretensão de Comte de alcançar a totalidade do real pela aplicação do método científico, mas que admite uma realidade incognoscível, para além das possibilidades de uma "lei universal". O estruturalismo não busca leis imutáveis nem totalidades, mas as condições, isto é, as "causas segundas" das estruturas.

Empirismo lógico. Embora também faça uso de técnicas lógico-formais de análise da linguagem, o estruturalismo se afasta da idéia de que o conhecimento possa ser obtido somente pelo esclarecimento conceitual, pela clarificação dos significados dos enunciados. O estruturalismo se diferencia do conceito de estrutura do empiricismo lógico ao afirmar que a relação precede a seus termos e a forma precede o conteúdo. No estruturalismo não existem elementos primeiros determinantes (elementos isolados). O que há são sistemas de relações entre fenômenos.

Empiricismo. O estruturalismo é avesso ao empiricismo. É um idealismo. Não, certamente, no sentido de afirmar que o real não tem outra existência senão a que está presente na mente humana. Mas no sentido de que, ao estudarmos como apreendemos o real, inferimos o mecanismo do pensamento humano e da sua produção: a vida sociocultural. Para o estruturalismo, o empiricismo falha quando não pode identificar uma causa final (um conseqüente) com um antecedente fixo (uma constante). No empiricismo a estrutura é um modelo explicativo e simplificado que se limita a verificar o real, enquanto no estruturalismo a observação não é um fim, mas um estágio inicial, e a estrutura não tem realidade empírica. A constante de um campo fenomênico não é diretamente observável (por comparação e abstração de semelhanças e diferenças). Ela é "descoberta" mediante aplicação de uma regra de transformação que reduz o número de diferenças observáveis a variantes de uma mesma combinatória.

Funcionalismo. Ao contrário do funcionalismo, no estruturalismo as vidas social e cultural não são explicáveis em termos da natureza intrínseca dos fenômenos em questão. Tampouco é inteligível somente pela análise dos fatos. A abordagem es-

trutural se concentra no modo como os elementos de um sistema convivem e se isolam, se combinam e se contradizem, se ajustam e se repelem, e não em seu valor intrínseco. Nos cumprimentamos, oferecemos uma bebida uns aos outros etc. sem que haja uma função social para essas condutas. Nos escritórios e nas fábricas usamos roupas, adquirimos hábitos, assumimos compromissos, formamos lealdades, cultivamos aversões, utilizamos técnicas não-funcionais e não explicáveis pela observação direta dos fatos.

Historicismo. O estruturalismo não nega as condicionantes históricas. Ele só se opõe à história que pretende estudar os elementos isolados, em lugar de tomar consciência dos seus nexos. Tem da história uma noção operacional, não filosófica. Contra o historicismo, Lévi-Strauss (1958:6-8) argumentou que as sociedades não são etapas de um desenvolvimento que chega até hoje (a "lógica hegeliana do progresso"), que o historicismo não considera as diversidades no espaço, as descontinuidades no tempo e que utiliza uma única categoria de compreensão.

No historicismo marxista a estrutura é a constituição econômica, compreendendo as relações de produção e de trabalho. A estrutura é um conjunto de relações de produção, base da superestrutura. A superestrutura compreende as relações jurídicas, políticas e ideológicas. Vê-se aí que a fonte do historicismo é o consciente. Já a fonte do estruturalismo é o inconsciente. O estruturalista recorre a um tempo mecânico, isto é, reversível e não-cumulativo, enquanto o tempo do historicismo é estatístico, isto é, irreversível e cumulativo.

Para Lévi-Strauss a história é o mito da nossa época: uma manipulação arbitrária para inventar uma visão global do universo (Sorman, 1989). Contra o pensamento dialético e o historicismo em geral, o estruturalismo descrê que seja possível reconstruir a história dos fenômenos sociais desde seu interior. Isso porque as mudanças históricas não são uma continuidade, mas rupturas. Não há nada humano que seja infinitamente mutável e nem só o homem é histórico. A história não é propriamente humana e há constantes humanas não transformadas no tempo. A história é indispensável para inventariar a integralidade dos elementos, mas é um ponto de partida, não de chegada (Lévi-Strauss, 1962a:347-348).

No historicismo, os homens estão submetidos às estruturas e não vice-versa. A história é sempre "história para", o historiador estrutura os acontecimentos (Lévi-Strauss, 1962a:340). Para Lévi-Strauss, as civilizações são como caleidoscópios, não fazem mais do que combinar elementos comuns a toda humanidade.

> Por isso certas estruturas se repetem, mesmo sem contato entre culturas. Encontramos na antiguidade clássica, no Extremo Oriente e na América o mito de um povo de anões que luta contra pássaros aquáticos. É pouco provável que isso tenha sido inventado ou transmitido várias vezes. O mais provável é que corresponda a algum tipo de estrutura mental.

(Sorman, 1989)

Em síntese: o estruturalismo aceita que existam causas, relações causais e mudanças, inclusive de caráter histórico (relações diacrônicas), mas não crê que elas sejam determinantes na compreensão do mundo que nos cerca.

Fenomenologia. As diferenças entre o estruturalismo e fenomenologia são menos evidentes, exceto, é claro, no caso da fenomenologia existencial de Sartre, para quem todo ato é historicamente condicionado.

O estruturalismo substitui a ênfase atomista dos fenômenos como entidades unívocas e mutuamente independentes pela elaboração de modelos de ordem geral (as estruturas) que enfatizam as relações entre os fenômenos. Com isso tira o foco da investigação de qualquer elemento particular. Inclusive, e principalmente, tira o foco do sujeito, das questões a ele relacionadas, como a subjetividade, o *pathos*, a liberdade individual, para enfatizar a condição humana, seus limites e restrições inconscientes e os padrões que a conformam.

O estruturalismo é uma "filosofia sem sujeito". Para o estruturalismo a consciência é o reflexo deformado e desconhecido dos mecanismos inconscientes. O sujeito (o "eu") é produto da ordem simbólica impessoal, que torna possível a comunicação. O sujeito no estruturalismo é entendido como sujeito epistemológico (o sujeito qualquer) (Piaget, 2003:68). O indivíduo é resultante das estruturas que o atravessam e o determinam.

Ao contrário da fenomenologia e do humanismo, o estruturalismo, ao negar o primado do sujeito, afirma não ser possível a ação consciente e livre dos indivíduos. Desloca o foco do indivíduo — "os mitos não têm autor" (Lévi-Strauss, 1964:26) — para a estrutura, já que descrê que exista um campo hermenêutico, uma compreensão interna do homem, negada a quem observa do exterior. No estruturalismo, a posição do sujeito é topológica. Não metafísica. O "eu" perde a importância que tinha desde Descartes: torna-se um elemento do sistema (Guijarro, 2002:518).

Como na fenomenologia, no estruturalismo os membros da totalidade estão relacionados entre si de forma que são, ao mesmo tempo, independentes (isoláveis) e dependentes uns dos outros. Mas à diferença da fenomenologia, as estruturas se estabelecem sobre conceitos e não sobre fenômenos. O modelo leva às classes, ao contrário da fenomenologia, onde o fenômeno leva às classes que leva ao modelo.

O estruturalismo nega o primado da essência. Mas "dizer que a consciência não é tudo, nem sequer o mais importante, não significa renunciar a seu exercício" (Lévi-Strauss, 1971a:562). O estruturalismo apenas nega a possibilidade de se alcançar elementos supostamente últimos e determinantes. Enquanto na fenomenologia, principalmente na fenomenologia existencial, de Sartre, o homem faz o sentido, no estruturalismo, o sentido vem do homem (Dosse, 1993:363).

Freudianismo. Como o freudianismo (e como o marxismo), o estruturalismo sustenta que não temos consciência da natureza e dos móveis das nossas ações. O estruturalismo tem em comum com o marxismo e com a psicanálise a preocupação com as motivações inconscientes e com as forças transpessoais. Compartilha com essas duas outras formas de pensar o deslocamento do foco da análise da consciência individual e da escolha. O entendimento do sujeito como construto e conseqüência de esquemas impessoais; a convicção de que os indivíduos nem originam nem controlam os códigos e as convenções da existência social, da vida mental ou da experiência vivenciada.

5. O condicionado contra o causado

Além da incompreensão do conceito de estrutura, existe uma outra resistência ao estruturalismo: a que radica na intolerância com as formas de pensar que não se orientam pela causalidade.

No estruturalismo, a estrutura é uma *condição*, não uma *causa.* A estrutura tem uma causa externa a ela mesma. A língua, os mitos, as relações de parentesco etc. têm de ser ordenados para serem operacionais e estão condicionados pelas possibilidades fisiológicas, pelas finalidades da vontade humana, pelas influências históricas, e assim por diante, mas não são determinadas por suas origens e por sua gênese.

Este abandono da causalidade explicativa é uma maneira de ver como outra qualquer. Nada tem de equívoco.

De um lado, porque o fato de que uma língua, ou um mito, ou uma empresa não possa cumprir seu objetivo se o seu sistema estrutural não é coerente, não significa que a coerência interna seja a causa da existência do todo. Na visão prístina que lhe dá Lévi-Strauss, a estrutura precede essas considerações. Há estrutura todas as vezes em que os elementos estão reunidos em uma totalidade, apresentando algumas propriedades como totalidade e quando as propriedades dos elementos dependem, total ou parcialmente, dessas características de totalidade. Podemos alcançar interpretá-las ou não. Isso não quer dizer que só existam estruturas e está longe de significar que podemos chegar a interpretar todas as estruturas possíveis.

De outro, porque os princípios de que "todo efeito tem uma causa" e que "as mesmas causas produzem os mesmos efeitos" não se sustentam empiricamente. Tampouco se sustentam logicamente. Já no Fedon (96a e 96b) Platão (Platón, 1984) apresenta, e nega, o programa empiricista ao explicar a formação dos conceitos. Mostra que os conceitos não podem vir dos fenômenos fisiológicos. O conceito do número dois não vem do ato de cortar uma fruta em duas partes, nem de juntar duas

pedras (cálculos). Ele vem do espírito iluminado pela idéia da dualidade. Só o espírito é causa. O corpo é condição, isto é, é "aquilo sem o qual a causa não seria jamais uma causa", sem o qual não se efetivaria.

A questão da causalidade é complexa e permeia toda a evolução da filosofia. Não é o caso de discuti-la aqui. Basta dizer que algumas ordens de pensamento se orientam pela convicção aristotélica de que o conhecimento é o conhecimento das causas. Outras, principalmente a partir de Hume, que retoma o argumento dos céticos para demonstrar que o conhecimento de uma causa não implica, necessariamente, o conhecimento de um efeito, preferem se abster de invocar o princípio da causalidade. É o caso das ciências naturais contemporâneas, que substituíram a procura de leis causais por leis probabilísticas (a descrição sintética da constância dos fenômenos). É o caso, igualmente, de pensadores como Max Weber (1950), que, ao discutir o princípio de causalidade nas ciências históricas, fala em "possibilidades objetivas", em condições.

A condição é o que torna possível um fenômeno, como na acepção jurídica, em que a condição é aquilo de que depende a validade do ato jurídico, sem que seja, necessariamente, a sua causa. A distinção é objetiva: um fenômeno é produzido *por* causas *sob* condições. A estrutura tem causas, sem dúvida, mas é uma condição: é uma circunstância de que o fenômeno sociocultural depende, de tal maneira que se a estrutura está ausente ou suprimida o fenômeno também estará.

6. Os argumentos contra o estruturalismo

A falta de objetividade alegada contra o estruturalismo gira em torno do argumento de que o processo dialético de estruturação/desestruturação demonstra, empiricamente, que o fenômeno social excede a estrutura (Dosse, 1993:261). Para os seus críticos, o estruturalismo seria um reducionismo, que: deixa em aberto a questão de saber por que as estruturas existem e por que se transformam; ignora o que existe entre os diversos planos ou dimensões estruturais; e não considera os fenômenos que não obedecem a normas (Paran-Vial, 1972:129).

Alguns filósofos da ciência, como Mario Bunge (1999:380, 402), fazem críticas ao estruturalismo na diversidade dos seus fundamentos. Argumentam ser falso que se possa estudar as estruturas em si, pois, por definição, uma estrutura é um conjunto de relações e não existem relações sem *relata*. Afirmam que as estruturas são propriedades do objeto, como a estrutura química é propriedade das moléculas, e que a estrutura social é estrutura de algum sistema social.

Outros, como Elster (1994:66-67), são mais sutis. Argumentam que o fato de que a cozinha francesa se distinga da inglesa em termos de três oposições binárias

não oferece nenhuma prova de que essas oposições existam em algum outro lugar fora da mente de Lévi-Strauss. Elster pensa que seus esquemas de classificação são "um exercício arbitrário e gratuito de engenho deslocado, totalmente sem validez objetiva". Ressalta que a natureza binária do parentesco (casamento e descendência) é parte da ordem das coisas, não um artefato analítico.

Paralelamente a essa linha de argumentação, temos a posição fenomenológica de Paul Ricoeur. Diz ele que o estruturalismo apresenta dois níveis de abordagem: o primeiro, apóia-se na lingüística e forma um estrato inconsciente, não-reflexivo. É o nível das oposições binárias. O segundo nível, a que Ricoeur nega validade epistemológica, é da diacronia, da inclusão em um sistema único dos elementos repetidos em épocas e lugares distintos. Diz que isso é um "kantismo sem sujeito transcendental..., um formalismo absoluto" (segundo Dosse, 1993:268).

De outra parte, há o argumento (de Claude Leford apud Viet, 1973:84) de que o comportamento dos sujeitos empíricos não se deduz de uma consciência transcendental mas, pelo contrário, constitui-se na experiência. As relações matematizáveis na representação dos fenômenos sociais só poderiam existir mediante a redução à exatidão dos objetos-sujeitos. Os elementos, como o *mitema* do caçador de pássaros, têm, inegavelmente, um sentido. Mas esse sentido não é unívoco, nem simples, nem determinável objetivamente.

Outro grupo de argumentos contra o estruturalismo se funda na alegação de que o estruturalismo é uma ideologia. Diz que o estruturalismo não é reflexivo, não se aplica a si mesmo, não prova que a sua própria linguagem é isenta de um conteúdo ideológico inconsciente. Tampouco conseguiu ser geral, não provou ser aplicável globalmente às atividades humanas e, nem mesmo, às teorias sociais (Hughes e Sharrock, 1999:426). Atribuem as resistências ao estruturalismo na antropologia anglo-americana a que Lévi-Strauss expõe as suas teorias a partir de um tom ideológico, fora dos padrões científicos correntes (Nutini, 1971).

Nessa perspectiva, em relação à epistemologia, a preocupação com "o que é", existiria, no estruturalismo, uma confusão entre as três acepções do termo *ideologia*. O estruturalismo entremearia: a ideologia de caráter doutrinário, político, que leva à preocupação com a idéia do "que deve ser feito"; a ideologia de caráter filosófico, a convicção ética sobre "o que deve ser"; a ideologia de caráter científico, que une a preocupação epistemológica com a idéia de verdade, com "o que, comprovadamente, é". O estruturalismo encontraria resistências por mesclar ideologias conflitantes, assumindo o partido de que todo sistema sociocultural é ideológico, na medida em que o compartilhamento do "que deve ser" empresta um caráter unitário aos indivíduos que compõem o sistema. Confundiria a epistemologia com a metafísica: o "que deve ser", com o "que, comprovadamente, é", e apresentaria esta mescla como uma doutrina do "que deve ser feito".

7. Os argumentos da defesa

Temos, assim, três conjuntos de argumentos contra o estruturalismo: que o estruturalismo não é objetivamente científico; que não é filosófico; que é uma ideologia. Vejamos em que medida esses argumentos são válidos e afetam a aplicabilidade do estruturalismo.

Os que criticam a objetividade científica do estruturalismo desconhecem o sentido particular que empresta ao conceito de *estrutura* e não atentam que se privilegia, efetivamente, o estudo das relações, o estruturalismo não deixa de lado os elementos relacionados, os *relata.* Ao contrário, a definição cuidadosa das suas determinações é um dos passos essenciais do seu método.

É certo que a metalinguagem simbólica, lógica, matemática de que o estruturalismo faz uso, não passa disso, de uma linguagem. Não o torna mais científico. Mas o cientificismo é uma ideologia. Julgar o estruturalismo não-científico é uma posição ideológico-doutrinária, não uma posição científica, porque admite um, e somente um, conceito do que vem a ser científico: o da identidade com o ideal das ciências naturais. Além disso, os seus críticos esquecem que nenhuma interpretação, inclusive a interpretação dos fatos empíricos, é verificável.

O estruturalismo não pretende matematizar a realidade empírica. Pretende não mais do que chegar a ela mediante um instrumento inteligível: a estrutura. Os que ponderam que as estruturas só se encontram na cabeça dos estudiosos, são invenções e não descobertas, ignoram que as estruturas no estruturalismo não poderiam fazer parte do real concreto. A estrutura, para Lévi-Strauss, não é um fenômeno, mas uma ferramenta intelectual de conhecimento. E, assim, onde mais ela poderia se encontrar senão na mente?

O estruturalismo como "kantismo sem sujeito transcendental" (Lévi-Strauss, 1964:19) não é uma ideologia, mas uma tentativa de penetrar para além da ideologia. É verdade que Lévi-Strauss ideologiza nos sentidos filosófico — da consciência universal, da identidade irredutível do ser humano — e científico — do que comprovadamente é no mundo empírico. É igualmente verdadeiro que, no estruturalismo, as variáveis operacionais não são verificáveis. Mas o estruturalismo é uma teoria, como o evolucionismo é uma teoria. Não um imperativo moral para a ação, algo que se expressa sob fórmulas (o comunismo, o regime de livre-iniciativa, o humanismo etc.). Para declarar o que "de fato é", conceitualiza uma fração do universo sociocultural. O que produz não é uma documentação estatística de fatos superficiais, como o empirismo, mas uma explicação mecânica (sintética) do que possivelmente (logicamente) é, para além do meramente observável. Possibilita uma interpretação, não *a* interpretação, correta, completa, absoluta, definitiva.

É evidente que todo elemento, toda relação e toda estrutura têm uma história e que essa história pode ser estudada. Mas o estruturalismo não tem a ambição de racionalizar tudo, senão o propósito de encontrar e identificar o racional (o inteligível) nas coisas. O argumento de que o estruturalismo deu ensejo a uma pseudofilosofia, que, insistindo sobre as estruturas, sobre as relações vindas da antropologia, pensou ser possível escapar às ilusões ingênuas do vivido, é um equívoco. O estruturalismo nunca pretendeu ser uma filosofia. Os fundamentos que invoca só fazem sentido em antropologia, e o método estruturalista só dá resultados em domínios precisos (Descombes, 1980).

Lévi-Strauss realmente une duas esferas. Para ele, a dicotomia natureza-cultura é mediada pela estrutura do cérebro humano, isto é, pela identidade da consciência coletiva kantiana, pela homogeneidade do conceito de *humano*. A cultura não sendo outra coisa do que a estrutura codificada que nos habilita a organizar, a tornar inteligíveis, os fatos da natureza. Para Lévi-Strauss os mundos natural e cultural, o corpo e a mente, são aspectos de uma mesma realidade. Mas isso não é se ater ao modelo biológico. Ao contrário, ele trabalha na interseção entre a natureza e a cultura (Dosse, 1993:286). No ponto de ruptura entre natureza e cultura. O dualismo se explica pela tendência "natural" da mente humana a pensar em termos de oposições binárias (natureza-cultura; alto-baixo; masculino-feminino) como lógica básica a que todas as outras são reduzidas (Guijarro, 2002:523).

Embora tenha um viés kantiano, à medida que vincula todos os sistemas sociais a categorias primordiais que funcionam como categorias numênicas (da realidade incognoscível ou só parcialmente cognoscível pelo entendimento humano), o estruturalismo jamais se pretendeu idealista-metafísico. Ao contrário. Sempre se quis científico. Mas científico em uma perspectiva contemporânea. Isto é, admitindo como princípio que a ciência não pode conhecer o todo e todas as suas partes, como queria Pascal (1976). Ela está condenada a ser parcial e incompleta. O estruturalismo aceita que não pode superar esta condição, mas pretende oferecer uma categoria, a estrutura, que permita tornar mais inteligível a multiplicidade da vida humana.

Finalmente, os que dizem ser falso que se possa fazer uma correlação direta entre campos diversos, como o da lingüística e o social, a não ser como hermenêutica filosófica, restringem, dogmaticamente, todo ato interpretativo ao campo da filosofia. Dizem que o estruturalismo falhou na tentativa de ontologizar a estrutura. Criticam o estruturalismo por não ser uma filosofia, coisa que, expressamente (Lévi-Strauss, 1971b), não pretende ser. O estruturalismo oferece uma visão que sabe parcial. Uma perspectiva em que não entram o histórico e o vivenciado (os sentimentos, por exemplo). Isso não o diminui em nada. O estruturalismo se admitir parcial e incompleto nada tem demais. Ao contrário, depõe em seu favor o fato de que a maior parte dos seus críticos se filiam a correntes de pensamento que pretendem expli-

car o absoluto concreto em todos os seus aspectos. Que pretendem ter a chave do universo na riqueza infinita de suas determinações.

8. Ciências de gestão

O estruturalismo não é simples e pode conduzir a ilusões. Ao olharmos o organizar e o administrar nós os concebemos como estruturas significativas. Como usualmente não vemos essas estruturas porque já nos são sempre dadas, ao desvendá-las elas parecem encerrar o sentido do mundo. Eis por que Merleau-Ponty (1974) adverte para que no decurso de nossas análises não nos deixemos levar pelo sentido platônico, arquetípico, que tem a noção de estrutura. Esses são riscos de que devemos ter consciência, mas que não são difíceis de contornar. Basta não hipostasiar a estrutura, transformar o que é uma ferramenta de conhecimento em objeto de conhecimento. Ao investigar as estruturas de relações de uma empresa ou de um processo decisório ou de uma campanha de marketing devemos nos ater em revelar (ou não) algo sobre as empresas, os processos ou as campanhas, não sobre a essência do estruturar.

O estruturalismo é uma opção, não um dever. Depende mais das nossas convicções do que de outra consideração qualquer. Ao investigarmos as organizações e a sua dinâmica nos perguntamos se a experiência é possível no campo dos fenômenos organizacionais. Se tivermos a convicção de que não há repetição, de que cada fenômeno é único, o estruturalismo (e qualquer base empírica) não nos servirá. Se a nossa convicção é a de que repete-se a estrutura, embora não a ocorrência, o método estruturalista é adequado. Paralelamente, se temos a convicção de as variáveis intervenientes são de tal ordem que não é possível assegurar que a mesma estrutura estará se repetindo, de nada nos ajudará o método estruturalista. Mas se a nossa convicção é a de que é possível criar um modelo a partir de traços da estrutura que se repete, a epistemologia estruturalista e suas variantes são adequadas à investigação.

O conceito de estrutura se opõe ao conceito de gênese. Despreza a abordagem causal em favor do estudo dos fenômenos humanos como conjuntos particulares de elementos que tiram seu significado das relações e da disposição do conjunto. A abordagem estruturalista faculta estudar as organizações e os processos administrativos como manifestações de regras presentes em estruturas mais profundas, de onde podemos tirar o seu significado. Põe ao alcance do entendimento formas de organizar e modos de operar subjacentes ao manifesto e ao aparente. Universaliza o conhecimento no campo do organizacional e do administrativo.

Mas o que traz de melhor para as ciências de gestão a maneira de ver do estruturalismo é a superação do fato sociocultural visto como coisa, tão característico do positivismo e da primeira sociologia e a superação do fato sociocultural como idéia,

que perpassa o pensamento ocidental desde Platão até nossos dias. Os fatos sociais não são coisas nem são idéias: são estruturas, são sistemas, são os liames sobre os quais se atam as relações organizacionais e os processos administrativos.

Não há uma estrutura igual à outra. Mas todo objeto não singular compartilha sua estrutura com outros objetos. As conchas marinhas são diferentes, e, no entanto, todas têm a mesma estrutura. As organizações e as formas de administrar também têm estruturas. O que o estruturalismo tem a oferecer enquanto abordagem metodológica é, justamente, a possibilidade de descrever cientificamente essas estruturas, que persistem para além do organizar e do administrar imediatos.

Referências bibliográficas

BUNGE, Mario. *Buscar la filosofía en las ciencias sociales*. Madrid: Sigloveinteuno, 1999.

CARRITHERS. Michael. *¿Por qué los humanos tenemos culturas?* Madri: Alianza Editorial, 1995.

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. Paris: Ballière, 1877.

DESCOMBES, Vincent. *Le Monde*, Paris, 3 août 1980. Entrevista.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993.

DURKHEIM, Émile. *Leçons de sociologie:* physique des moeurs et du droit. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

———. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ESTER, Jon. *Lógica y sociedad:* condiciones y mundos posibles. Barcelona: Gedisa, 1994.

GOLDMANN, Lucien. O conceito de estrutura significativa na história da cultura. In: ——. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIJARRO, Juan Ignacio Morera de. El estructuralismo: marginalidad del sujeto. In: GARCÍA, Moisés Gonzáles (Comp.). *Filosofía y cultura* . Madri: Sigloveinteuno de España Editores, 2002.

HUGHES, John; SHARROCK, Ywes. *La filosofía de la investigación social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

KRONENFELD, David; DECKER, Henry W. Structuralism. *Annual Review of Anthropology*, n. 8, p. 403-541, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale.* Paris: Plon, 1958.

———. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962a.

———. Les limites de la notion de structure en ethnologie. In: BASTIDE, Roger (Org.). *Sens et usages du terme structure*. Haya: Mouton, 1962b.

———. *Le cru et le cuit*. Paris: Plon, 1964.

———. *Les structures élémentaires de parente*. Paris: Mouton, 1967.

———. *Mythologiques IV*. Paris: Plon, 1971a.

———. *L'Express*. 15 mars 1971b. Entrevista.

———. *Anthropologie structurale II*. Paris: Plon, 1973a.

———. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1973b.

MARYANSKI, Alexandra; TURNER, Jonathan H. The offspring of functionalism: French and British structuralism. *Sociological Theory*, v. 9, n. 1, Spring 1991.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *La structure du comportement*. Paris: PUF, 1942.

———. *De Mauss a Claude Lévi-Strauss*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

NUTINI, Hugo G. The ideological basis of Lévi-Strauss structuralism. *American Anthropologist*, New Series, v. 73, n. 3, p. 537-544, June 1971.

PARAN-VIAL, Jeanne. *Análisis estructurales e ideologías estructuralistas*. Buenos Aires: Amorrurtu, 1972.

PASCAL, Blaise. *Pensées*. Paris: Garnier-Flamarion, 1976.

PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

PLATÓN. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1984.

SORMAN, Guy. *Os verdadeiros pensadores do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SPENCER, Hebert. *Essais de morale de science et díesthétique*. Paris: Librairie Germer-Ballière, 1879.

VIET, Jean. *Los métodos estructuralistas en las ciencias sociales*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Charles Scribner's Sons, 1950.